

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO – I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Art. 1º- O OBSERVATÓRIO SOCIAL DE CHAPECÓ, podendo ser doravante chamado simplesmente O.S. CHAPECÓ, é pessoa jurídica de direito privado, em forma de associação, de fins não econômicos, com sede e foro na Cidade de Chapecó-SC, sito a Rua Condá, nº 1154-E, Bairro Presidente Médice, CEP 89.801-131, regido pelo presente estatuto, pela Lei n. 9.790/99 e pelas disposições legais aplicáveis, podendo se configurar como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO - II DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 2º – O O.S. CHAPECÓ tem como objetivos gerais:

1. Atuar como organismo de apoio à comunidade para pesquisa, análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos com relação à aplicação dos recursos, ao comportamento ético de seus funcionários e dirigentes, aos resultados gerados e à qualidade dos serviços prestados.
2. Congregar, localmente, representantes da sociedade civil organizada, executivos e profissionais liberais de todas as categorias, sem vinculação político-partidária, dispostos a contribuir no processo de difusão do conceito de cidadania fiscal, servindo a seu grupo profissional e à sociedade em geral.
3. Possibilitar o exercício do direito de influenciar as políticas públicas que afetam a comunidade, conforme está assegurado pelo artigo 1º da Constituição Federal de 1988: "todo poder emana do povo".
4. Incentivar e contribuir com o aprimoramento pessoal e profissional de membros da comunidade e de profissionais ligados às áreas de interesse do O.S. CHAPECÓ, através de cursos, seminários, palestras, debates, grupos de estudos, entre outras atividades.
5. Incentivar e promover eventos artísticos e culturais que possam contribuir para a criação da cultura da cidadania fiscal e popularização das ferramentas de participação dos cidadãos na avaliação e monitoramento da gestão dos recursos públicos.
6. Contribuir, diretamente, para que haja maior transparência na gestão dos recursos públicos, de acordo com o previsto no artigo 5º, incisos XIV e XXXIV; no artigo 37, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988.
7. Estimular a participação da sociedade civil organizada no processo de avaliação da gestão dos recursos públicos, visando defender e reivindicar a austeridade necessária na sua aplicação, dentro de princípios éticos com vistas à paz e à justiça social.
8. Incentivar e promover o voluntariado nas ações educativas e operacionais em favor dos direitos do cidadão e contra a corrupção.

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
CHAPECÓ - SC

9. Realizar e divulgar estudos relativos a atividades governamentais e empresarias de interesse da comunidade.

10. Incentivar a participação da Cidadania Fiscal como forma de facilitar o cumprimento das ações locais de Educação Fiscal e Controle dos Gastos Públicos.

11. Reverter o quadro de desconhecimento, por parte de indivíduos, empresas e entidades, de mecanismos capazes de possibilitar o exercício da cidadania fiscal e o controle da qualidade na aplicação dos recursos públicos.

12. Apresentar propostas para o desenvolvimento de projetos, atividades, estudos, que contemplem a promoção de mudanças fundamentais e essenciais no processo de gestão dos recursos públicos, principalmente nas áreas de saúde, educação, recursos humanos, licitações, gastos do poder legislativo e assistência social. Realizar e divulgar estudos relativos a atividades governamentais e empresarias de interesse da comunidade.

Parágrafo Primeiro – Entende-se por cidadania fiscal a capacidade de entendimento da importância social dos tributos e a necessidade do controle social dos gastos públicos.

Parágrafo Segundo – A atuação do O.S. CHAPECÓ se dará através de padrões, previamente estabelecidos e oferecidos pela Rede OSB de Controle Social, à qual o O.S. CHAPECÓ deverá filiar-se, e integrar-se como franqueado.

Art. 3º - Para alcance dos seus objetivos, o O.S. CHAPECÓ poderá firmar convênios, contratos, termos de parceria, termos de cooperação e articular-se pela forma conveniente, com órgãos ou entidades públicas e privadas, empresas nacionais e estrangeiras, bem como participar de comissões e conselhos municipais, estaduais e federais e compor câmaras setoriais ou técnicas.

CAPÍTULO - III DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - O direito de participar como associado do O.S. CHAPECÓ é concedido a pessoas físicas, entidades de classe, organizações sociais ou de representação comunitária, empresas e instituições públicas, através de cidadãos que as integrem e por elas nomeados e que venham a contribuir para a consecução da missão do O.S. CHAPECÓ.

Parágrafo Único – O ingresso de pessoas físicas ou jurídicas como associadas ao O.S. CHAPECÓ, deverá ser feito através de manifestação formal das interessadas, na qual conste concordância plena com as condições estabelecidas no presente Estatuto e Regimento Interno do O.S. CHAPECÓ.

Art. 5º - O O.S. CHAPECÓ é constituído por número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias:

I - Associado fundador.

II - Associado efetivo.

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
CHAPECÓ - SC

III - Associado contribuinte.

IV - Associado institucional.

V - Associado mantenedor.

VI - Associado profissional.

VII - Associado voluntário.

Art. 6º- É associado fundador, a pessoa física e ou jurídica presente na assembleia de constituição, ou que venha associar-se no prazo máximo de trinta (30) dias corridos, após a assembleia de constituição.

Art. 7º- É associado contribuinte, pessoa física ou pessoa jurídica, que venha a solicitar sua adesão e seja aprovado pelo Conselho de Administração.

Art. 8º- É associado efetivo, o associado contribuinte, pessoa física ou jurídica, que tenha participado das atividades do O.S. CHAPECÓ, por prazo não inferior a três (03) anos consecutivos, sem faltas ou sanções administrativas e que tenha prestado relevantes serviços ao O.S. CHAPECÓ, o qual poderá ser convidado pelo Conselho de Administração a compor a categoria.

Art. 9º- Na categoria de associado institucional podem ser incluídas todas as entidades do Terceiro Setor, universidades, faculdades e escolas técnicas, entidades de classe e Setor Governamental, que venham a formar parcerias ou trabalhos em conjunto, estando isentas do pagamento de anuidades.

Art. 10 - O associado mantenedor é pessoa jurídica que patrocina as atividades da associação, de forma constante ou periódica.

Art. 11 - O associado profissional é pessoa física, profissional de diversos segmentos que venha a trabalhar nos programas desenvolvidos pela entidade ou que venha a manter interface com as atividades e objetivos da associação, e não pague anuidades.

Art. 12 - O associado voluntário é pessoa física que venha a participar das atividades de forma espontânea e estando isento do pagamento de anuidades.

Art. 13 - Uma pessoa poderá pertencer a mais de uma categoria de associado.

Parágrafo Único. É facultado ao Conselho de Administração do O.S. CHAPECÓ a criação, a qualquer tempo, de outras categorias de associados, regulamentadas em futura alteração do presente estatuto após deliberação em assembleia geral.

CAPÍTULO - IV DA ADMISSÃO, SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E DEMISSÃO.

Art. 14 - Para admissão, o associado deverá preencher uma ficha cadastral, a qual será analisada pelo Conselho de Administração e, uma vez aprovada, o novo associado será informado do seu número de matrícula e categoria a que pertence.

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
CHAPECÓ-SC

Art. 15 - O convite para efetivar o associado contribuinte será em forma de avaliação, pelo Conselho de Administração, após ter cumprido o prazo de Hum (01) anos de associado contribuinte, atendendo às normas deste Estatuto e do Regimento Interno do O.S. CHAPECÓ.

Art. 16 - Quando um associado infringir o presente estatuto ou venha a exercer atividades que comprometam a ética, moral ou aspecto financeiro do O.S. CHAPECÓ, o mesmo será passível de sanções da seguinte forma:

I - advertência por escrito.

II - suspensão dos seus direitos por tempo determinado.

III - exclusão do quadro de associados.

Art. 17- A advertência, por escrito, será elaborada pelo Conselho de Administração, com aviso de recebimento, informando o motivo.

Art. 18 - Perdurando o fato que provocou a advertência, o associado terá seus direitos suspensos temporariamente por determinação do Conselho de Administração.

Art. 19 - Na hipótese de cometimento de outras transgressões, no período de 12 (doze) meses corridos, o Conselho de Administração solicitará a instauração pela Assembleia Geral Extraordinária do processo de exclusão do associado.

Art. 20 - Instaurado o processo de exclusão será assegurado ao associado o exercício do direito de defesa perante a Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 21 - O associado excluído poderá retornar ao quadro de associados, após 03 (três) anos de afastamento.

Art. 22- Para demissão espontânea, basta ao associado encaminhar a solicitação do seu afastamento temporário ou definitivo, através de correspondência dirigida à secretaria do O.S. CHAPECÓ.

CAPÍTULO - V DOS DIREITOS E DEVERES DO ASSOCIADO

Art. 23- São direitos do associado:

I - frequentar a sede do O.S. CHAPECÓ;

II - usufruir os serviços oferecidos pelo O.S. CHAPECÓ;

III - participar das assembleias;

IV - manifestar-se sobre os atos, decisões e atividades do O.S. CHAPECÓ.

V - aos associados fundadores e efetivos, o direito de votar e ser votado, submetendo-se ao processo eletivo, nos termos previstos neste Estatuto e no Regimento Interno, que esteja em dia com suas obrigações de frequência e tesouraria junto a O.S. CHAPECÓ.

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
CHAPECÓ - SC

Art. 24- São deveres do associado:

I - acatar as decisões das assembleias;

II - atender aos objetivos do O.S. CHAPECÓ;

III - zelar pelo nome do O.S. CHAPECÓ;

IV - participar das atividades do O.S. CHAPECÓ;

V - contribuir na apresentação das propostas, projetos e programas;

VI - pagar anuidades, segundo sua categoria;

VII - manter em dia o pagamento das contribuições e serviços utilizados;

VIII - não estar filiado a partidos políticos, bem como no exercício de função pública na condição de cargo comissionado ou em função de confiança, ou ainda, não podendo manter relação de parentesco com esposa(o), filhos ou ascendentes de mandatários eleitos ou candidatos a mandato eletivos à função pública.

Parágrafo único. O associado deverá manter e preencher todos os requisitos de admissão e os deveres de associado, tanto como critério de admissão a O.S. CHAPECÓ, quanto durante todo o período de filiação ao O.S. CHAPECÓ, sob pena de exclusão pela Assembleia Geral.

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
CHAPECÓ - SC

CAPÍTULO - VI DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 25 – A estrutura organizacional do O.S. CHAPECÓ é constituída por associados fundadores e efetivos, na forma deste estatuto, denominados Conselheiros, e que compõem os diversos órgãos administrativos.

Art. 26- São órgãos do O.S. CHAPECÓ:

a) Deliberativos:

I – Assembleia Geral,

II – Conselho de Administração,

III – Conselho Fiscal.

b) Executivos:

I – Secretaria Executiva,

II – Departamentos.

Parágrafo Primeiro– O Conselho de Administração poderá criar outros órgãos de apoio ou de caráter executivo como núcleos, comissões, secretarias, departamentos, de acordo com a necessidade de estruturação das atividades do O.S. CHAPECÓ.

Parágrafo Segundo – Outros órgãos que venham a ser criados pelo Conselho de Administração, na forma do parágrafo acima, deverão ter sua forma de atuação disciplinada pelo Regimento Interno, e poderão ser compostos por qualquer categoria de associados ao O.S. CHAPECÓ.

Art. 27– Os Conselheiros serão admitidos conforme cada categoria de associado, na forma deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - Os associados e os membros integrantes dos órgãos administrativos não respondem, solidária nem subsidiariamente, pelos ônus financeiros e obrigações regularmente assumidas pelo O.S. CHAPECÓ, salvo quando agirem comprovadamente com culpa ou dolo, nos termos da Lei.

Parágrafo Segundo - É vedada a distribuição de lucros, superávit, bonificações, remunerações e quaisquer outras vantagens aos Conselheiros, pelo exercício de suas funções.

Art. 28 – Os Conselheiros dos órgãos administrativos podem pedir a renúncia, a qualquer tempo, mediante pedido por escrito e protocolado, não implicando a renúncia em exclusão das obrigações assumidas pelo Conselheiro ou a responsabilidade pelos atos praticados no seu cargo.

CAPÍTULO - VII DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 29 – A Assembleia Geral é o órgão máximo do O.S. CHAPECÓ, soberana em suas decisões, dela participando os associados no gozo de seus direitos, da seguinte forma:

- a) Todos os associados, independentemente de sua categoria, terão direito a voz.
- b) Somente terão direito a voto os membros associados fundadores e efetivos.

Art. 30 – A Assembleia Geral Ordinária reúne-se ordinariamente, uma vez por ano, no 1º trimestre, em 1ª convocação com a presença de metade mais um dos conselheiros e dos associados e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, com qualquer número de conselheiros, deliberando por maioria simples dos votos.

Parágrafo Primeiro – A convocação da Assembleia Geral Ordinária é feita pelo presidente do Conselho de Administração do O.S. CHAPECÓ, publicada em edital em jornal de circulação diária local, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência e em, no máximo, 30 (trinta) dias da data de sua realização.

Parágrafo Segundo – O Edital de Convocação deverá conter data, horário, local (endereço completo) e pauta.

Parágrafo Terceiro – Assembleias Gerais Extraordinárias poderão ser convocadas:

- a) pelo Conselho de Administração,

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
CHAPECÓ - SC

b) pelo Conselho Fiscal,

c) por 1/5 (um quinto) de associados com direito a voto, em pleno gozo dos seus direitos.

Art. 31–Compete a Assembleia Geral Ordinária:

1. Apreciar o relatório de atividades e de operações financeiras do Conselho de Administração, relativo ao exercício findo, após parecer do Conselho Fiscal;
2. Apreciar e julgar o plano de atividades e a previsão orçamentária anual, apresentados pelo Conselho de Administração;
3. Eleger os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, quando convocada especialmente para tal fim e no prazo previsto neste Estatuto.

Art. 32– Compete a Assembleia Geral Extraordinária:

1. aprovar alteração de estatuto, proposta pelo Conselho de Administração do O.S. CHAPECÓ;
2. deliberar sobre exclusão de associado;
3. destituir os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal quando comprovada administração fraudulenta;
4. deliberar sobre a dissolução do O.S. CHAPECÓ, proposta pelo Conselho de Administração;
5. deliberar sobre qualquer matéria de interesse social ou do Observatório para a qual tenha sido convocada.

Parágrafo Único: Para as deliberações a que se referem os itens I e III é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes com direito a voto a Assembleia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados efetivos e fundadores, ou com menos de 1/3 (um terço) destes, nas convocações seguintes.

CAPÍTULO - VIII DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 33 – O Conselho de Administração é o órgão deliberativo e executivo do O.S. CHAPECÓ, composto por 05 (cinco) membros assim distribuídos:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente para Assuntos Administrativo-financeiros;
- c) Vice-presidente para Assuntos Institucionais e de Alianças;
- d) Vice-presidente para Assuntos de Produtos e Metodologia;

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
CHAPECÓ - SC

e) Vice-presidente para Assuntos de Controle Social;

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão mandato de dois (02) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez para a mesma atribuição.

Art. 34 – O Conselho de Administração reunir-se-á mensalmente para avaliação das atividades do O.S. CHAPECÓ, aprovar planos de ação e os balancetes mensais do Observatório e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do seu Presidente ou por maioria simples dos seus membros, consignando-se em ata suas decisões.

Art. 35 - Compete ao Conselho de Administração:

1. administrar o O.S. CHAPECÓ, desenvolvendo projetos/programas oferecidos pela Rede OSB, conforme Manuais do Sistema de Franquia Social;
2. Cumprir e fazer cumprir o contrato de Franquia Social junto à Franqueadora;
3. definir sua forma de organização e funcionamento;
4. elaborar o regimento interno e o relatório anual de suas atividades;
5. propor alterações no presente estatuto;
6. criar outros órgãos de apoio e de caráter executivo;
7. constituir a Secretaria Executiva, contratar e demitir funcionários;
8. propor a criação de outras categorias de associados;
9. decidir sobre admissão e desligamento de associados;
10. propor a concessão de títulos beneméritos a pessoas que tenham prestado relevantes serviços ao O.S. CHAPECÓ, quer seja por atividade voluntária, quer por doações e contribuições;
11. realizar a prestação de contas e o balanço de cada exercício, bem como a proposta orçamentária para o exercício subsequente, para que sejam submetidos à apreciação do Conselho Fiscal, bem como da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - A formação do quadro funcional do O.S. CHAPECÓ, contratação e demissão de funcionários permanentes ou temporários, definição de cargos e salários, criação de normas administrativas gerais, são também atribuições do Conselho de Administração, regulamentadas em Regimento Interno.

Art. 36– O Conselho de Administração poderá, a seu critério, convidar os associados a compor grupos de trabalho, independentes da estrutura administrativa, para desenvolver atividades, como:

1. serviços de voluntariado,

2. realização de eventos, congressos, seminários e feiras,
3. grupos de estudos e pesquisas,
4. demais atividades de interesse dos associados, que não firam os objetivos do O.S. CHAPECÓ.

Art. 37 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

1. representar o O.S. CHAPECÓ ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, em suas relações com a administração pública e qualquer terceiro, praticando todos os atos referentes à realização de seus fins e à defesa e proteção dos direitos e interesses do O.S. CHAPECÓ;
2. presidir as reuniões do Conselho de Administração;
3. em conjunto com o Vice-presidente para Assuntos Administrativo-financeiros:
 - a) assinar contratos e constituir procuradores "ad judicium" e "ad negotia", especificando os poderes nos respectivos instrumentos;
 - b) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinando cheques, ordens e requisições;
 - c) assinar correspondências que de qualquer modo obriguem o O.S. CHAPECÓ.

Art. 38 - Aos Vice-presidentes compete:

1. propor planos de ação para suas áreas específicas,
2. propugnar pelo alcance dos objetivos do O.S. CHAPECÓ,
3. cumprir e fazer cumprir o presente estatuto,
4. substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos.
5. criar diretorias de acordo com suas respectivas competências, ficando a efetivação e nomeação do associados, a critério do Conselho de Administração.

Parágrafo primeiro – sobre as competências específicas de cada vice-presidente:

1. ao Vice-presidente para Assuntos Administrativo-financeiros compete o registro e o zelo pelas contas, contratos e aquisições do O.S. CHAPECÓ, sendo também o substituto imediato do Presidente nas suas faltas e impedimentos.
2. ao Vice-presidente para Assuntos Institucionais e de Alianças compete o trabalho de relações públicas do O.S. CHAPECÓ, visando a integração e consolidação das parcerias com outras instituições.
3. ao Vice-presidente para Assuntos de Produtos e Metodologia compete a coordenação das ações do O.S. CHAPECÓ relativas à aplicação da metodologia de trabalho no controle dos gastos públicos e na educação fiscal.

4. ao Vice-presidente para Assuntos de Controle Social compete o levantamento dos resultados do trabalho do O.S. CHAPECÓ e a divulgação de seu impacto na mudança das políticas sociais, visando a maior participação da sociedade.

Parágrafo segundo – Nas faltas e impedimentos do Presidente ou do Vice-presidente para Assuntos Administrativo-financeiros, qualquer um dos demais Vice-presidentes poderá substituir um (Presidente) ou outro (Vice-presidente para Assuntos Administrativo-financeiros) na assinatura de cheques e outros documentos.

Parágrafo terceiro – Os membros do Conselho de Administração não poderão acumular cargos no Conselho Fiscal.

CAPÍTULO - IX DO CONSELHO FISCAL

Art. 39 - O O.S. CHAPECÓ terá um Conselho Fiscal, composto de seis (06) membros, sendo três (03) titulares e três (03) suplentes, com mandato concomitante aos demais Conselhos, de dois (02) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez para a mesma atribuição.

Parágrafo Único- O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano ou, extraordinariamente, quando convocado pelo Conselho de Administração ou sempre que as ações do O.S. CHAPECÓ venham a requerer.

Art. 40 - Compete ao Conselho Fiscal:

1. examinar e proferir parecer sobre o balanço patrimonial e demonstrações financeiras;
2. opinar sobre atos de caráter econômico e financeiro, sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres, quando solicitado pelo Conselho de Administração.
3. examinar os livros e escrituração do O.S. CHAPECÓ;
4. acompanhar os trabalhos de eventuais auditores externos independentes;
5. convocar extraordinariamente a Assembleia Geral, por decisão da maioria de seus membros.

Parágrafo Único - É prerrogativa do Conselho Fiscal a contratação de verificação externa, para avaliação das contas e balanço do O.S. CHAPECÓ, em cumprimento aos dispositivos legais.

CAPÍTULO - X DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 41- A estrutura administrativa da Secretaria Executiva será dimensionada conforme volume de atividades a ser administrado, podendo variar em função do

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
CHAPECÓ - SC

número de departamentos e dos programas e projetos, sendo que sua criação é facultativa ao funcionamento do O.S. CHAPECÓ.

Art. 42- Os profissionais integrantes da Secretaria Executiva serão contratados e remunerados na forma da Lei, sendo subordinados ao Conselho de Administração do O.S. CHAPECÓ.

Parágrafo Único. Caso a função seja exercida por um associado, o mesmo fica com seus direitos de associado suspensos enquanto ocupar o cargo, não podendo votar nos assuntos administrativos, sem prejuízo dos seus direitos.

Art. 43- Compete à Secretaria Executiva:

I – administrar o O.S. CHAPECÓ sob o comando do Conselho de Administração,

II – organizar e executar os planos de trabalho,

III – acompanhar as ações das unidades de trabalho,

IV – manter em dia as contas e a documentação necessária,

V – emitir relatórios periódicos,

VI – buscar formas de atualização técnica e otimização do trabalho.

Art. 44 - A Secretaria Executiva deverá reunir-se periodicamente com os departamentos, licenciados e outras unidades de trabalho constituídas, para avaliação e acompanhamento permanente das suas atividades.

CAPÍTULO - XI DAS ELEIÇÕES

Art. 45 - O presidente do Conselho de Administração do O.S. CHAPECÓ convocará Assembleia Geral Ordinária a cada biênio, para a eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal, sendo que a primeira eleição deverá ocorrer em Junho de 2017.

Parágrafo Primeiro - A convocação será feita através de Edital onde haverá a indicação de Comissão Eleitoral constituída por três conselheiros indicados, publicando-o uma vez em jornal de circulação diária local, devendo a publicação ser feita no mínimo 30 (trinta) dias antes das eleições.

Parágrafo Segundo - Somente poderão ser candidatos os associados fundadores e efetivos, desde que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

Parágrafo Terceiro - Terão direito a voto os associados efetivos e fundadores, em pleno gozo dos seus direitos nos termos do Estatuto.

Parágrafo Quarto - Cada Conselheiro terá direito a um voto, vedado o voto por procuração e a acumulação de votos.

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
CHAPECÓ - SC

Art. 46 - O registro das chapas deverá ser feito na sede do O.S. CHAPECÓ, mediante protocolo, até 10 (dez) dias antes das eleições, obedecidos os seguintes critérios:

I. pedido de registro de chapa contendo a indicação dos associados-candidatos que comporão os 05 (cinco) membros do Conselho de Administração e os 06 (seis) membros do Conselho Fiscal;

II. o pedido de registro será assinado pelos candidatos, sendo vedada a inclusão de um mesmo candidato em mais de uma chapa;

III. declaração individual assinada pelos candidatos de que não estão impedidos de exercerem cargos eletivos no O.S. CHAPECÓ, e que preenchem os deveres de associados previstos no Estatuto, e que não cometeram crimes dolosos;

IV. apresentação de cópia de documento de identidade, do cadastro de pessoa física perante a Receita Federal e comprovante de residência, bem como certidão fornecida pela Justiça Eleitoral demonstrando não estar filiado à Partido Político.

V. para os associados representantes de pessoa jurídica, juntamente com a documentação acima, deverá ser apresentada declaração firmada pelo representante da entidade dispondo que este é efetivamente seu representante.

Parágrafo Primeiro - Para exercer o direito de candidatura, o pretendente deverá enquadrar-se no Artigo 5º, nas categorias I e II desde que estejam quites com as contribuições e anuidades junto ao Observatório até 60 (sessenta) dias antes das eleições.

Parágrafo Segundo - Após o recebimento e análise das chapas de candidatura, a Comissão Eleitoral deverá publicar edital na sede da O.S. CHAPECÓ com a nominata das respectivas chapas, no prazo máximo de 07 (sete) dias antes das eleições.

Art. 47 - Ocorrendo qualquer irregularidade no registro, o candidato a conselheiro será comunicado por escrito para que proceda à regularização dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de impugnação da mesma.

Parágrafo Primeiro - O pedido de impugnação da chapa deverá ser realizado por escrito, até 02 (dois) dias após a publicação do edital da nominata das chapas na sede da O.S. CHAPECÓ.

Parágrafo Segundo - O pedido de impugnação será analisado pela Comissão Eleitoral, que terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para fornecer o parecer.

Parágrafo Terceiro - Sendo procedente a impugnação, mediante parecer da Comissão Eleitoral, será prorrogado automaticamente o mandato da gestão em exercício, até a nova Assembleia de Eleição.

Art. 48 - As eleições serão realizadas na sede do O.S. CHAPECÓ, após a abertura da Assembleia de Eleição e apresentação das candidaturas, sendo ato contínuo a realização da apuração dos votos.

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
CHAPECÓ - SC

Art. 49 - A eleição ocorrerá em Assembleia Geral Ordinária, convocada para o fim específico, da seguinte forma:

1. serão indicados dois membros entre os presentes para condução da assembleia de eleição que não sejam candidatos.
2. um dos membros será o presidente da mesa e outro o secretário.
3. para cada chapa candidata, será destinado um período para apresentação da sua plataforma de trabalho, por até 15 (quinze) minutos.
4. a votação será secreta, aberto para todos associados de pleno gozo dos seus direitos, nos termos do Estatuto.
5. os votos serão depositados em uma urna lacrada, exposta na mesa do presidente da assembleia.
6. encerrada a votação, será realizada a contagem dos votos e, após o escrutínio, será proclamada a chapa eleita.

Parágrafo Único- A apuração dos votos será realizada nas próprias mesas eleitorais, com presença dos fiscais indicados pelas chapas concorrentes e dos membros da Comissão Eleitoral, sendo o resultado divulgado através de edital afixado na sede do O.S. CHAPECÓ.

Art. 51 - Será considerada nula a votação, devendo ser novamente realizada, quando apresentar número de votos diverso do número de conselheiros e associados votantes.

Art. 52- Em caso de empate na votação, será eleita a chapa cujo candidato a Presidente do Conselho de Administração for o mais idoso, cuja prova deverá ser feita assim que terminada a apuração, para a declaração do vencedor.

Art. 53- Os eleitos poderão ser empossados imediatamente após a apuração dos votos ou em solenidade a ser realizada até 30 dias após as eleições.

CAPÍTULO - XII DO PATRIMÔNIO

Art. 54 - Constituem patrimônio do O.S. CHAPECÓ:

I - As contribuições, doações, subvenções, legados e auxílios de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, representado por bens móveis e imóveis.

II - Os bens móveis ou imóveis por ela adquiridos ou recebidos na realização de seus fins e as rendas deles auferidas e usufrutos que lhe forem conferidos.

Parágrafo Primeiro – O patrimônio do O.S. CHAPECÓ, constituído de bens imóveis, será identificado em escritura pública, tendo sido adquirido ou recebido em doação, livre e desembaraçado de ônus.

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
CHAPECO - SC

Parágrafo Segundo - Os bens imóveis, bem como, os bens móveis de relevante valor, somente poderão ser alienados por decisão do Conselho de Administração, após parecer favorável do Conselho Fiscal, devendo sempre o resultado ser revertido para os fins do Observatório.

CAPÍTULO - XIII DAS RECEITAS

Art. 55 – Constituem receitas do O.S. CHAPECÓ:

I - Valores decorrentes das contribuições, doações e legados oferecidos por terceiros.

II - Recursos financeiros, taxas, anuidades ou mensalidades, oriundos das contribuições feitas pelos associados nos termos deste Estatuto, bem como de outras entidades públicas ou privadas.

III - Valores decorrentes das doações, subvenções, legados e auxílios de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

IV - As decorrentes das rendas e usufrutos auferidos de bens móveis ou imóveis de sua propriedade ou de terceiros ou que venham a constituir através de contrato ou termo de acordo ou parceria.

V - As resultantes da prestação de serviços, comercialização de produtos e ou receitas de produção de bens ou mercadorias, ou ainda de publicações e inscrições de cursos, palestras e outros eventos.

VI - As dotações, subvenções eventuais ou resultados de termos de parceria recebidos diretamente da União, dos Estados e Municípios ou através de órgãos públicos de administração direta ou indireta.

VII - Os produtos de operações de crédito, internas ou externas, para financiamento de suas atividades, bem como os rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade e de seu patrimônio.

VIII - As rendas em seu favor constituídas por terceiros, juros bancários e outras receitas de capital.

IX - As doações de pessoa física ou jurídica a título de incentivo fiscal ou renúncia fiscal, em conformidade com legislação específica.

X - Outras contribuições e taxas diversas.

Parágrafo Primeiro – A contratação de empréstimo financeiro que venha a contrair de bancos ou através de particulares, que venha agravar de ônus o patrimônio do O.S. CHAPECÓ, dependerá de aprovação do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo - As receitas auferidas pelo O.S. CHAPECÓ serão aplicadas, integralmente, no país e na manutenção e desenvolvimento de suas atividades, bem como na manutenção do seu patrimônio e consecução dos seus objetivos.

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
CHAPECÓ - SC

Parágrafo Terceiro - Na ocorrência de "superávit" financeiro, o valor apurado será utilizado exclusivamente para o atendimento das finalidades do Observatório, sejam elas cumpridas através de estrutura própria ou pela estrutura de organizações afins conveniadas, contratadas ou patrocinadas pelo O.S. CHAPECÓ.

Parágrafo Quarto - É vedada a remessa ou transferência de recursos do O.S. CHAPECÓ para o exterior ou a distribuição de eventuais lucros ou dividendos aos associados.

Parágrafo Quinto - O O.S. CHAPECÓ poderá constituir o Fundo de Reserva Social e Fomento a Cidadania Fiscal, o qual será regido por normas específicas e pelas legislações pertinentes.

Parágrafo Sexto - Todas e quaisquer doações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, somente serão aceitas pela O.S. CHAPECÓ mediante aprovação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal.

Parágrafo Sétimo - É vedado ao OS receber doações ou contribuições de partidos políticos ou de órgãos e entidades da Administração Municipal observado.

CAPÍTULO - XIV DO EXERCÍCIO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 56 - O exercício financeiro corresponde ao ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro, em cuja data será fechado o balanço anual e demais demonstrações financeiras, na conformidade da legislação vigente, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração do O.S. CHAPECÓ, na administração das suas contas, deverá observar os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Parágrafo Segundo - Publicar em jornal de circulação local, no encerramento do exercício fiscal, relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade.

Parágrafo Terceiro - Promover a realização de verificação, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos públicos, objeto de termo de parceria, conforme previsto na Lei 9.979/99.

Parágrafo Quarto - Realizar a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos, em conformidade com o que determina o Parágrafo Único do art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO - XV DOS LIVROS

Art. 57 - O O.S. CHAPECÓ manterá seguintes livros:

- I. livro de presença das assembleias e reuniões.
- II. livro de ata das assembleias e reuniões.

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
CHAPECÓ - SC

III. livros fiscais e contábeis.

IV. demais livros exigidos pela legislação.

Art. 58 - Os livros poderão ser confeccionados em folhas soltas, numeradas e arquivadas, inclusive sob forma digital.

Art. 59 - Os livros estarão sob a guarda do Vice-presidente para Assuntos Administrativo-financeiros do Conselho de Administração do O.S. CHAPECÓ, devendo ser conferidos e vistoriados anualmente pelo seu presidente e pelo Conselho Fiscal.

CAPÍTULO - XVI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 60 - Os integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não serão remunerados pelo exercício de suas funções, ficando expressamente vedado por parte de seus membros o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens, pelos cargos exercidos junto ao O.S. CHAPECÓ, ressalvado o ressarcimento das despesas realizadas, quando em serviço da entidade, mediante aprovação do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - A qualquer Conselheiro é vedado qualquer ato ou prática que venha a trazer benefício e ou vantagem pessoal, diretos ou indiretos, individuais ou coletivos, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

Art. 61 - Caso constatado problema de conduta ética do associado ou mau uso do nome do Observatório, o Conselho de Administração poderá propor a formação de uma comissão de sindicância, formado pelos associados, com o mínimo de cinco (05) membros, para análise da situação e fornecer pareceres para decisão administrativa.

Art. 62 - O O.S. CHAPECÓ deverá manter valores mínimos em caixa necessários à realização de pagamentos imediatos, bem como conservar em conta bancária as importâncias destinadas ao cumprimento das obrigações em curto prazo.

Art. 63 - As compras efetuadas pelo O.S. CHAPECÓ, em razão dos serviços por ele executados, deverão seguir as normas do Regimento Interno.

Art. 64 - A escrituração deverá abranger todas as operações do O.S. CHAPECÓ e as receitas e despesas deverão ser contabilizadas com base no regime de competência.

Art. 65 - A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelo O.S. CHAPECÓ, será realizada conforme determinado no presente estatuto.

Art. 66 - O O.S. CHAPECÓ poderá contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos ou especializados, desde que praticados os valores de mercado correspondentes à região de sua atuação.

Art. 67 - A fim de cumprir seus objetivos, o O.S. CHAPECÓ poderá contratar estagiários, oferecendo campo de estágio para estudantes, bem como abrir projetos e programas à participação de voluntários, nos termos da Lei.

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
CHAPECÓ - SC

Art. 68 - Para se alterar o presente Estatuto é necessário que a reforma seja aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, desde que não contrarie a finalidade do O.S. CHAPECÓ.

Art. 69 - O O.S. CHAPECÓ extinguir-se-á, por deliberação unânime da Assembleia Geral Extraordinária, nos casos previstos em Lei ou quando verificada a impossibilidade de realizar seus fins.

Art. 70 - Extinto o Observatório, o seu patrimônio será transferido a outra pessoa jurídica, qualificada nos termos da Lei 9790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social do O.S. CHAPECÓ.

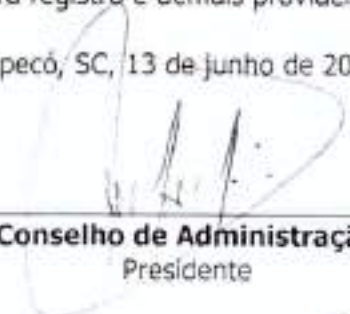
Parágrafo Único - Da mesma forma, na eventualidade do O.S. CHAPECÓ perder a qualificação de OSCIP, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que durou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

Art. 71 - As funções de membro do Conselho Fiscal não poderão ser exercidas por parentes até o terceiro grau dos membros do Conselho de Administração.

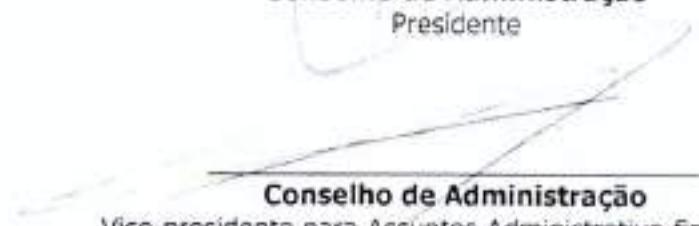
Art. 72 - Os casos omissos, se não regulados por este Estatuto, pela Lei ou pelo Regimento Interno, serão dirimidos pelo Conselho de Administração, com anuência do Conselho Fiscal do O.S. CHAPECÓ.

Art. 73 - O presente estatuto entra em vigor a partir da sua publicação, devendo-se proceder ao trâmite legal para registro e demais providências cabíveis.


Chapecó, SC, 13 de junho de 2015.



Conselho de Administração
Presidente



Conselho de Administração
Vice-presidente para Assuntos Administrativo-financeiros



Dr. JOSÉ LENOIR SILVEIRA DE ALVES
Advogado - OAB/SC 10.448

Dr. DOUGLAS BRAUN
Advogado - OAB/SC 17.771

REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
CHAPECÓ - SC

Estado de Santa Catarina
Registro Civil das Pessoas Naturais e Jurídicas - RTC
Antonio Fernandes Vargas Dias - Oficial
Rua Porto Alegre, 614-D, Sala 01-A, Ed. Piemonte, Centro, Chapecó - SC,
89807-120 - (49) 3022-8776 - [registrocivil.com](mailto:registrocivil@registrocivil.com)

Certidão de Registro de Pessoas Jurídicas
Protocolo: 009337 Data: 01/09/2015 Qualidade: Integral
Registro: 009337 Data: 01/09/2015 Livro: A-060 Folha: 136
Apresentante: Observatório Social de Chapecó (OSChapecó)
Instrumentos: Registro Isento, SCS Isentos

Selo Digital de Fiscalização do tipo Isento - DXQ35784-BZYX,
DXQ35784-KRKO, DXQ35765-F4EZ, DXQ35766-2UIG
CDO: 1 - Chapecó - 21 de Setembro de 2015

Antonio Fernandes Vargas Dias - Oficial

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E
JURÍDICAS - TÍTULOS E DOCUMENTOS
1º OFÍCIO
COMARCA DE CHAPECÓ - SC
BEL. ANTONIO FERNANDES VARGAS DIAS
OFICIAL TITULAR